Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 10 de outubro de 2014. Edição n° 1530

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Boletins.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Súmulas de contratos.....3
Avisos de licitações.....3
Concursos Públicos.....4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS
Boletins.....4
Súmulas de convênios.....7

ANELISE VOLKWEIS:58038000072

Digitally signed by ANELISE VOLKWEIS:58038000072
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=Autenticado por AR Certisign, cn=ANELISE VOLKWEIS:58038000072
Date: 2014.10.10 09:01:49 -03'00'

Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 10 de outubro de 2014. www.mp.rs.gov.br Edição nº 1530

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º475/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EM EXERCÍCIO, IVORY COELHO NETO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

REVOGAR

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 25 de setembro de 2014, a portaria nº 2218/2014 que designou o Dr. FELIPE TEIXEIRA NETO como Diretor da Promotoria de Justiça de Gravataí, até 30 de junho de 2015 (Port. 3851/2014).

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 25 de setembro de 2014, a portaria nº 2217/2014 que designou o Dr. FELIPE TEIXEIRA NETO como Coordenador da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, até 30 de junho de 2015 (Port. 3852/2014).

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 25 de setembro de 2014, a portaria nº 2219/2014 que designou o Dr. ALEXANDRE ARANALDE SALIM como Diretor Substituto da Promotoria de Justiça de Gravataí, até 30 de junho de 2015 (Port. 3853/2014).

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 25 de setembro de 2014, a portaria nº 2215/2014 que designou o Dra. CAROLINA BARTH LOUREIRO INGRACIO como Coordenadora da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí, até 30 de junho de 2015 (Port. 3854/2014).

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 22 de outubro de 2014, a portaria nº 2424/2014 que designou a Dra. SÔNIA ELENI CORRÊA MENSCH como Diretora Substituta da Promotoria de Justiça de Plantão de Porto Alegre, até 30 de junho de 2015 (Port. 3861/2014).

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 15 de setembro de 2014, a portaria nº 2129/2014 que designou a Dra. MARIA COUGO OLIVEIRA como Diretora Substituta da Promotoria de Justiça de Bagé, até 30 de junho de 2015 (Port. 3863/2014).

- a portaria nº 1249/2013, que autorizou a Dra. MARIA RITA NOLL DE CAMPOS, ID n.º 3443396, então Promotora de Justiça de Alvorada/RS, a residir na cidade de Porto Alegre/RS, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções (Port. 3924/2014).

DESIGNAR

- a Promotora de Justiça de Estrela, Dra. ANDREA ALMEIDA BARROS, ID nº 3435288, para, no dia 16 de outubro de 2014, na condição de representante desta Instituição, firmar Termo de Cooperação entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e o Centro Universitário UNIVATES, objetivando o desenvolvimento de projeto na área de conservação ambiental, envolvendo os cursos de Ciências Biológicas, Ciências Jurídicas, Engenharia Ambiental e outros correlacionados ao Projeto Corredor de Biodiversidade do rio Taquari (Port. 3844/2014).

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 25 de setembro de 2014, o Dr. ALEXANDRE ARANALDE SALIM como Diretor da Promotoria de Justiça de Gravataí até 30 de junho de 2015, ou remoção/promoção do designado que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 3855/2014).

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 25 de setembro de 2014, a Dra. JANINE ROSI FALEIRO como Diretora Substituta da Promotoria de Justiça de Gravataí até 30 de junho de 2015, ou remoção/promoção do designado que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 3856/2014).

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 25 de setembro de 2014, a Dra. DANIELA LUCCA DA SILVA como Coordenadora da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí até 30 de junho de 2015, ou remoção/promoção do designado que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 3857/2014).

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 25 de setembro de 2014, a Dra. JANINE ROSI FALEIRO como Coordenadora de Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí até 30 de junho de 2015, ou remoção/promoção do designado que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 3858/2014).

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 22 de outubro de 2014, o Dr. GÉRSON LUÍS TEIXEIRA como Diretor Substituto da Promotoria de Justiça de Plantão de Porto Alegre até 30 de junho de 2015, ou remoção/promoção do designado que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 3862/2014).

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 15 de setembro de 2014, o Dr. FERNANDO CESAR SGARBOSSA como Diretor da Promotoria de Justiça de Bagé até 30 de junho de 2015, ou remoção/promoção do designado que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 3864/2014).

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 15 de setembro de 2014, o Dr. ROBERTO BAYARD FERNANDES FIGUEIRO como Diretor Substituto da Promotoria de Justiça de Bagé até 30 de junho de 2015, ou remoção/promoção do designado que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 3865/2014).

- o Procurador de Justiça Dr. ANTÔNIO CARLOS DE AVELAR BASTOS, ID n.º 3422194, para, como representante do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, atuar no Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça, no dia 06 de outubro de 2014 (Port. 3894/2014).

- o Promotor de Justiça de Carazinho, Dr. JULIANO GRIZA, ID n.º 3437752, para, na condição de representante do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, firmar Termo de Cooperação entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul – MPRS e o Hospital de Caridade de Carazinho - HCC, objetivando o lançamento, no âmbito do Município de Carazinho, de campanha para arrecadação de doações voluntárias de consumidores de energia elétrica de Carazinho, para obtenção de fundos para o pagamento da conta mensal de energia elétrica da entidade perante a companhia de energia elétrica local, ELETROCAR (PR.00001.01870/2010-1 - Port. 3925/2014).

Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 10 de outubro de 2014. www.mp.rs.gov.br Edição nº 1530

- a Promotora de Justiça Dra. VILNECI PEREIRA NUNES, ID n.º 3426980, para, como representante do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, atuar na audiência de oitiva da testemunha Juíza Letícia Bernardes da Silva, na Comarca de Santa Cruz do Sul, no dia 07 de outubro de 2014, relativamente ao processo nº 70060900057 (Port. 3932/2014).

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria nº 3600/2014, que substituiu o nome de Dr. Adriano Teixeira Kneipp pelo nome da Dra. VILNECI PEREIRA NUNES, Promotora-Corregedora, ID n.º 3426980, para integrar o Grupo Gestor do novo sistema integrado de informações do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (PR.00035.00574/2014-2 - Port. 3873/2014).

ALTERAR

- a contar de 11 de setembro de 2014, a Portaria nº 1406/-2011, para substituir o nome de Dr. ADRIANO TEIXEIRA KNEIPP, ID n.º 3427951 pelo nome da Dra. VILNECI PEREIRA NUNES, Promotora-Corregedora, ID n.º 3426980, para integrar a COMISSÃO PERMANENTE DE INFORMÁTICA (PR.00035.00574/2014-2 - Port. 3874/2014).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de outubro de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

SÚMULA DE COMPRAS REALIZADAS ATRAVÉS
PROCESSO N.º 001971-09.00/14-8
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 51/14

Aquisição de 37 placas indicativas de salas e gabinetes, por meio do Pregão Eletrônico 51/14 e Ata de Registro de Preços 0237/2014, junto à empresa Vinicius de Souza. Valor Total da aquisição: R$ 827,80; **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e Provimentos PGJ/RS 40/2004 e 47/2006.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre 10 de outubro de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE COMPRAS REALIZADAS ATRAVÉS
PROCESSO N.º 000789.0900/14-8
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 33/14

Aquisição de 2 (dois) movimentadores de portão deslizante, por meio do Pregão Eletrônico 33/2014 e Ata de Registro de Preços 017/2014, junto à empresa REALEZA SISTEMAS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA., a saber:

Descrição	Qtde.	valor
Movimentador para portão deslizante (cremalheira) semi-industrial, com motor 1/3 CV, monofásico 220V, 60 HZ	2	2.300,00

Valor Total da aquisição: R$ 2.300,00; FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e Provimentos PGJ/RS 40/2004 e 47/2006.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre 10 de outubro de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

Aviso de abertura de Pregões Eletrônicos

(**01) Pregão Eletrônico n.º 76/2014** (Processo nº 2624-09.00/14-0) **Tipo**: Menor Preço Global. **Objeto**: Aquisição de solução corporativa de NAS (Network Attached Storage) e Backup em Disco compreendendo o fornecimento de equipamentos e softwares, treinamento e serviços de suporte técnico de até 300 horas, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas**: **23/10/2014, às 9 horas**. **Data e horário de início da disputa de preços**: **28/10/2014, às 14 horas**.

(02) Pregão Eletrônico n.º 77/2014 (Processo nº 2441-09.00/14-9) **Tipo**: Menor Preço Global. **Objeto**: Contratação de serviços continuados de engenharia, visando à manutenção preventiva e corretiva de sistemas de detecção, alarme e extinção de incêndio, localizados nos seguintes setores: Data Center e Central de Controle da Sede Institucional da Procuradoria-Geral de Justiça e CPD da Sede Administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas**: **24/10/2014, às 10 horas**. **Data e horário de início da disputa de preços**: **24/10/2014, às 14 horas**.

Local: *www.pregaobanrisul.com.br*. Editais disponíveis na página: **http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico**. **Informações gerais**: e-mail, *cplic@mp.rs.gov.br*. **Base legal**: Lei estadual nº 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de outubro de 2014.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.

Aviso de Abertura de Licitação

Convite n.º 15/2014 (Processo n.º 2600-09.00/14-5) **Tipo**: Menor Preço Global. **Objeto**: Contratação de empresa capacitada para execução de serviço de alimentação – Coquetel, conforme especificações constantes no Anexo II – Termo de Referência – deste Convite. **Data e horário de abertura**: **20/10/2014, às 10 horas**. **Local**: Rua General Andrade Ne-

ves, 106, 18.º andar, Centro, Porto Alegre (RS). Edital disponível na página: **http://www.mprs.mp.br/licitacao/convite**. **Informações gerais**: e-mail, *cplic@mp.rs.gov.br*. **Base legal**: Lei nº 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de outubro de 2014.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
XLVII CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL Nº 452/2014

ESTATÍSTICA DE INSCRITOS

TORNO PÚBLICO que a Comissão de Concurso, dando continuidade ao XLVII Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público, Edital nº 376/2014, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 18 de agosto de 2014, **RESOLVE**:

I. **INFORMAR** que, em razão das consolidações de inscrições na condição de pessoa com deficiência publicadas no Edital nº 446/2014, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 07 de outubro de 2014, a estatística de candidatos inscritos passa a ser:

Candidatos com Deficiência	Candidatos sem Deficiência	TOTAL DE INSCRITOS
26	2156	2182

II. **ABRIR PRAZO** de 5 (cinco) dias para impugnação do conteúdo deste edital.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de outubro de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Secretária da Comissão do Concurso.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 10/2014 – CAOCON

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA cientifica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul instaurou os seguintes Inquéritos Civis e Peças de Informação:

ARROIO GRANDE

IC 00716.00011/2014, instaurado na Promotoria de Justiça de Arroio Grande, pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, com a finalidade de apurar eventual dano à saúde pública causado pelo processamento, frigorificação e armazenamento de pescado sem registro em órgão de inspeção sanitária. Investigado: Leonel Borges de Oliveira. Local do Fato: Santa Izabel, Município de Arroio Grande.

CAMAQUÃ

IC 00732.00042/2014, instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, com a finalidade de apurar a ocorrência de transporte irregular de passageiros por balsa, na localidade de Pacheca, Ilha Santo Antônio, com riscos à população usuária. Investigado: Município de Camaquã. Local do Fato: Camaquã.

ERECHIM

IC 00763.00040/2014, instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Erechim, pela Promotora de Justiça Carmem Lucia Garcia, com a finalidade de apurar irregularidades na forma de cobrança de água no Município de Ponte Preta. Investigado: Município de Ponte Preta. Local do Fato: Erechim.

IC 00763.00041/2014, instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Erechim, pela Promotora de Justiça Carmem Lucia Garcia, com a finalidade de investigar a necessidade de adequações sanitárias nos espaços locados para restaurantes em feiras e eventos patrocinados pela Associação Cultural e Industrial de Erechim. Investigado: Associação Comercial, Cultural e Indústrial de Erechim. Local do Fato: Erechim.

IC 00763.00042/2014, instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Erechim, pela Promotora de Justiça Carmem Lucia Garcia, com a finalidade de investigar a ocorrência de irregularidades sanitárias no restaurante Marca Preferida, de Erechim. Investigado: Restaurante Marca Preferida Ltda ME. Local do Fato: Erechim.

IC 00763.00047/2014, instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Erechim, pela Promotora de Justiça Carmem Lucia Garcia, com a finalidade de investigar a ocorrência de irregularidades sanitárias na indústria e comércio de gelados comestíveis e mercado Izair José Copercini Sorvetes, de Erechim. Investigado: Izair José Copercini Sorvetes. Local do Fato: Erechim.

IC 00763.00048/2014, instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Erechim, pela Promotora de Justiça Carmem Lucia Garcia, com a finalidade de investigar irregularidades na Casa de Recuperação de Alcoólatras e Drogados de Erechim Valério de Lourenço Martins, localizada no Município de Erechim. Investigado: Casa de Recuperação de Alcoólatras e Drogados de Erechim Valério de Lourenço Martins. Local do Fato: Erechim.

IC 00763.00049/2014, instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Erechim, pela Promotora de Justiça Carmem Lucia Garcia, com a finalidade de investigar irregularidades na Associação Comunidade Terapêutica Guerreiro da Luz, localizada no Município de Erechim. Investigado: Associação Comunida-

de Terapêutica Guerreiros da Luz. Local do Fato: Erechim.

ESTRELA

IC 00770.00022/2014, instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Estrela, pela Promotora de Justiça Andrea Almeida Barros, com a finalidade de investigar a atividade de abate clandestino em local impróprio e em péssimas condições sanitárias, sem fiscalização dos órgãos competentes. Investigado: Nilceu Caye. Local: Linha Novo Paraíso, Município de Estrela/RS.

FARROUPILHA

IC 00771.00058/2014, instaurado na Promotoria de Justiça de Farroupilha, pela Promotora de Justiça Jeanine Mocellin, com a finalidade de apurar dano ao consumidor decorrente da má prestação de serviço de telefonia fixa. Investigados: OI Móvel S.A. e OI S.A. Local: Vila Jansen, interior de Farroupilha.

FREDERICO WESTPHALEN

IC 00775.00051/2014, instaurado na Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, pelo Promotor de Justiça em designação excepcional Rogério Fava Santos, com a finalidade de investigar abatedouro clandestino, estabelecimento potencialmente poluidor, sem licença expedida pelo órgão ambiental competente (art. 60 da Lei 9605/1998), bem como por manterem em depósito diversos tipos de carnes, queijo e banha não inspecionados, os quais ainda apresentavam características organolépticas alteradas, além de bifes de frango empanado e hambúrgueres congelados e vencidos. Investigados: Gilberto Silva, Gilmar Silva, Mercado Silva e Silva e Bonafé Ltda-ME. Local do Fato: Frederico Westphalen.

GRAVATAÍ

IC 00783.00092/2014, instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, pela Promotora de Justiça Janine Rosi Faleiro, com a finalidade de apurar eventual vício de qualidade em válvulas mitrais para banheiros públicos fabricadas pela empresa JACKWAL S.A. Investigado: Jackwal S.A.. Local do Fato: Gravataí.

IGREJINHA

IC 00933.00025/2013, instaurado na Promotoria de Justiça de Igrejinha, pela Promotora de Justiça Brenusa Marquardt Corleta, com a finalidade de investigar a regularidade da conduta das empresas A Santos Financiamentos e Urbanizadora Parobé na venda de lotes do Residencial Belmonte. Investigado: A Santos Financiamentos e Urbanizadora Parobé; Local dos fatos: Município de Igrejinha.

MOSTARDAS

IC 00809.00007/2014, instaurado na Promotoria de Justiça de Mostardas, pela Promotora de Justiça Karine Camargo Teixeira, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a adoção de providências para sanar irregularidades no abatedouro São João, de Tavares/RS. Investigado: Abatedouro São João. **Local: Tavares/RS.**

IC 00809.00008/2014, instaurado na Promotoria de Justiça de Mostardas, pela Promotora de Justiça Karine Camargo Teixeira, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a adoção de providências para sanar irregularidades no Matadouro Araújo em Tavares. Investigado: Matadouro Araújo. Local do Fato: Tavares/RS.

PASSO FUNDO

IC 00820.00242/2014, instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo, pelo Promotor de Justiça Paulo da Silva Cirne, com a finalidade de verificar a materialidade e a autoria de eventuais irregularidades na prestação de serviço de transporte de pacientes em UTI móvel, pela empresa Eva/Transsalva, cuja razão social é denominada Quadros, Monteiro e Cia Ltda - EPP. Investigado: Quadros, Monteiro e Cia Ltda - EPP. Local do Fato: Passo Fundo.

PORTO ALEGRE

IC 00832.00348/2014, instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, com a finalidade de apurar fornecimento de boleto(DOC) sem solicitação do consumidor. Investigado: Tim Celular S/A. Local do Fato: Porto Alegre.

IC 00832.00354/2014, instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, com a finalidade de apurar falhas na prestação de serviços de fisioterapia nas Unidades de Tratamento Intensivo decorrentes de descumprimento da Resolução RDC Nº 7/2010 da ANVISA. Investigado: Hospital Escola Materno Infantil Presidente Vargas (Ministério da Saúde). Local do Fato: Porto Alegre.

IC 00832.00357/2014, instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, pelo Promotor de Justiça Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz, com a finalidade de apurar eventual reajuste ilegal das contribuições de planos de pecúlio. Investigado: Aplub - Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil. Local do Fato: Porto Alegre.

IC 00832.00358/2014, instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, com a finalidade de apurar a prática de funcionamento e prestação de serviços impróprios ao consumo. Investigado: Ismael Gazineu EPP (Ag Farma). Local do Fato: Porto Alegre.

I**C 00832.00361/2014,** instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, com a finalidade de apurar prática abusiva na oferta de produtos pela internet. Investigado: Smartech Global Importadora e Exportadora. Local do Fato: Porto Alegre.

IC 00832.00362/2014, instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, pelo Promotor de Justiça Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz, com a finalidade de apurar eventual fornecimento de serviço sem solicitação prévia do consumidor. Investigado: Vivo. Local do Fato: Porto Alegre.

IC 00832.00364/2014, instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, com a finalidade de apurar a prestação de serviços em desacordo com as normas regulamentares. Investigado: Christian Jesuíno Arroxellas. Local do Fato: Porto Alegre.

IC 00832.00365/2014, instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, pelo Promotor de Justiça Gustavo de Azevedo e Souza Munhoz, com a finalidade de apurar fornecimento de produto (tomate) com a presença de agrotóxico em desacordo com as normas regulamentares. Investigado: André Rossato da Rosa. Local do Fato: Porto Alegre.

IC 00832.00367/2014, instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, com a finalidade de apurar eventual publicidade enganosa a envolver a promoção "Black Night". Investigado: B2W - Companhia Global do Varejo (site www.americanas.com). Local do Fato: Porto Alegre.

IC 00832.00368/2014, instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, com a finalidade de apurar eventual dano a consumidores decorrente da comercialização de imóveis do empreendimento Condado de Sevilha. Investigado: Contempory Incorporações e Construções Ltda. Local do Fato: Porto Alegre.

RIO GRANDE

IC 00852.00080/2014, instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, pelo Promotor de Justiça em designação excepcional Érico Rezende Russo, com a finalidade de apurar venda de produto impróprio para o consumo humano - lesão consumidor. Investigado: Bauduco Pandurata Alimentos Ltda. Local do Fato: Rio Grande.

IC 00852.00081/2014, instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, pelo Promotor de Justiça em designação excepcional Érico Rezende Russo, com a finalidade de apurar lesão ao consumidor-não cumprimento de contratos. Investigados: Luciano Von Ende e Madeireira Madecasa. Local do Fato: Rio Grande.

IC 00852.00082/2014, instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, pelo Promotor de Justiça Érico Rezende Russo, em substituição, com a finalidade de apurar lesão consumidor - não cumprimento de contratos. Investigados: Ana Beatriz Stefano Von Ende e Madeireira Santa Maria. Local do Fato: Rio Grande.

IC 00852.00083/2014, instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, pelo Promotor de Justiça em designação excepcional Érico Rezende Russo, com a finalidade de apurar prestação de serviço deficiente - lesão consumidor. Investigados: CFC Habilitar - Rio Grande/RS e Departamento de Transito do Estado do Rio Grande do Sul - Detran. Local do Fato: Rio Grande.

IC 00852.00085/2014, instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, pelo Promotor de Justiça em designação excepcional Érico Rezende Russo, com a finalidade de apurar lesão aos consumidores - prestação de serviço por profissional não habilitado e ausência de alvará do Corpo de Bombeiros. Investigado: Clínica de Fisiatria Hélio Custódio. Local do Fato: Rio Grande.

SANTA MARIA

PI 00865.00069/2014, instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Gustavo Ramos Vianna, com a finalidade de investigar estabelecimento comercial que não fornece sacolas plásticas para empacotamento, sendo vendidas a R$ 0,20 cada. Investigado: Supermercado Atacadão. Local: Santa Maria, RS.

SANTA VITÓRIA DO PALMAR

IC 00870.00016/2014, instaurado na Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar, pelo Promotor de Justiça Rogério Meirelles Caldas, com a finalidade de apurar atividade desenvolvida por desmanche sem licença ambiental e possivelmente poluidora. Investigados: Desmanche Elorejano, Wilder Fabian Lorenzo Rocha e Wilder Vicente Lorenzo Cacerez. Local do Fato: Santa Vitória Do Palmar.

SÃO JOSÉ DO NORTE

IC 00888.00033/2012, instaurado na Promotoria de Justiça de São José do Norte, pelo Promotor de Justiça Adriano Pereira Zibetti, com a finalidade de verificar as condições de conservação dos ônibus da empresa AZ de Espadas, que prestam serviços nas localidades das Capivaras e da Várzea. Investigado: Guahyba Soares Gautério. Local do Fato: São José Do Norte.

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

IC 00898.00021/2014, instaurado na Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí, pela Promotora de Justiça Carla Pereira Rêgo Flôres Soares, com a finalidade de investigar deficiências no serviço de Vigilância em Saúde do Município de São Sebastião do Caí. Investigado: Município de São Sebastião do Caí. Local do Fato: São Sebastião do Caí.

VERANÓPOLIS

IC 00929.00043/2014, instaurado na Promotoria de Justiça de Veranópolis, pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto, com a finalidade de apurar, em tese, moinho produzindo farinha sem condições de higiene. Investigado: João Anselmo Melatti. Local do Fato:Linha Barão do Triunfo, Veranópolis.

VIAMÃO

PI 00930.00029/2014, instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Viamão, pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman, com a finalidade de investigar dano e/ou risco aos consumidores decorrente da colocação no mercado dos produtos impróprios para o consumo descritos no auto de apreensão n.º 3881 do Serviço de Vigilância Sanitária/ Secretaria Municipal de Saúde de Viamão, prática abusiva prevista no art. 39, VIII, da Lei 8078/90. Investigado: AGW Nunes Escolinha ME. Local do Fato: Viamão.

IC 00930.00014/2014, instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Viamão, pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman, com a finalidade de investigar dano ao direito difuso dos consumidores decorrente da oferta de gás natural veicular (GNV) com pressão máxima acima da estabelecida no art. 14, III, da Portaria ANP n.º 32/01 e pela ausência no painel de preços dos valores do óleo diesel comercializado em dimensões adequadas na entrada do posto de combustível, de modo destacado e de fácil visualização à distância, tanto de dia quanto à noite, condutas que configuram, em tese, prática abusiva prevista no art. 39, VIII, da Lei 8078/90 e infração a direito básico do consumidor garantido no art. 6º, III, da Lei 8078/90. Investigado: Posto de Combustível da Figueira Ltda. Local do Fato: Viamão.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de outubro de 2014.

CAROLINE VAZ,

Promotora de Justiça,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Súmula do Termo de Cooperação
PR.00001.01504/2014-8

Signatários: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e Observatório Social do Brasil. **Objeto**: Monitoramento e fiscalização do cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelos Poderes (Executivo e Legislativo) Municipais quanto à obrigatoriedade da divulgação de informações públicas acessíveis em seus sites oficiais na internet, bem como a disponibilização pública das informações necessárias à transparência da gestão fiscal nos municípios. **Prazo de vigência**: 01 (um) ano, a contar de 29-09-2014. **Repasse e contrapartida**: Não envolve transferência de recursos financeiros.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de outubro de 2014.

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Súmula do Termo de Cooperação
PR.00686.00186/2014-7

Signatários: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Maria e Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul. **Objeto**: Desenvolver ações de natureza socioeducativas voltadas a adolescentes infratores internados nas unidades do sistema FASE de Santa Maria (CASE e CASEMI). **Prazo de vigência**: 05 (cinco) anos, a partir da publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público. **Repasse e contrapartida**: Não envolve transferência de recursos financeiros.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 10 de outubro de 2014.

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.